

## COMO OS SISTEMAS POLÍTICOS E AS POLÍTICAS SOCIAIS AFETAM O BEM -ESTAR: UMA REVISÃO DA LITERATURA

### HOW POLITICAL SYSTEMS AND SOCIAL POLICIES AFFECT WELL-BEING: A LITERATURE REVIEW

**Cristina PEREIRA**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro  
[al72732@alunos.utad.pt](mailto:al72732@alunos.utad.pt)

**Hermínia GONÇALVES**

, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro & CETRAD  
[hgoncalves@utad.pt](mailto:hgoncalves@utad.pt)

**Teresa SEQUEIRA**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro & CETRAD  
[tsequeir@utad.pt](mailto:tsequeir@utad.pt)

#### Resumo

As políticas sociais europeias estão tradicionalmente focadas em condições e indicadores materiais de bem-estar, como rendimentos ou produtividade, e em fundamentos de justiça social e equidade característicos do paradigma de estado-providência. O estado-providência é aqui usado para designar um sistema de organização social que assegura um padrão de vida satisfatório através da oferta de serviços sociais em áreas como o rendimento, o trabalho, a educação, a saúde, a proteção social, entre outras áreas suscetíveis de condicionar o bem-estar. No âmbito deste artigo procedemos a uma revisão de narrativa da literatura, com enfoque nos últimos dez anos, tendo como principal objetivo fundamentar uma compreensão científica do conceito de bem-estar, identificando tanto os indicadores assumidos pela literatura e por organizações internacionais e nacionais, como os parâmetros de governança que encorajam, afetam e determinam o bem-estar individual. A questão central que este artigo procura responder é, pois, a seguinte: o que podemos aprender, a partir da literatura científica, das orientações internacionais e dos casos analisados nas obras consultadas, quanto às relações multidimensionais que se estabelecem entre condições de vida e bem-estar? Os resultados sugerem que: 1) os sistemas políticos, as instituições formais, e as políticas sociais de um país, podem influenciar significativamente a capacidade dos cidadãos participarem em processos que lhes digam respeito e que têm impacto no bem-estar subjetivo; 2) a inclusão de indicadores subjetivos de qualidade de vida são cada vez mais utilizados na conceção e governança de políticas sociais. Esta investigação reconhece a importância da utilização de um conjunto de indicadores subjetivos de bem-estar para além do rendimento, os quais resultam de diversas configurações extraídas das relações multidimensionais que se estabelecem entre condições de vida e bem-estar.

**Palavras-chave:** Bem-estar subjetivo, políticas sociais, sistemas políticos, indicadores de bem-estar, governança.

#### Abstract

European social policies are traditionally focused on material conditions and indicators of well-being, such as income or productivity, and on foundations of social justice and equity characteristic of the welfare state paradigm. The welfare state is used here to refer to a system of social organization that ensures a satisfactory standard of living through the provision of social services in areas such as income, work, education, health, social protection, among other areas that may condition welfare. In this article, we conducted a narrative review of the literature, focusing on the last ten years, with the main objective of substantiating a scientific understanding of the concept of well-being, identifying both the indicators assumed by the literature and by international and national organizations, as well as the governance parameters that encourage, affect, and determine individual well-being. The central question that this article seeks to answer is therefore the following: what can we learn, from the scientific literature, international guidelines, and the cases analyzed in the works consulted, regarding the multidimensional relationships that are established between living conditions and well-being? The results suggest that: 1) a country's political systems, formal institutions, and social policies can significantly influence the ability of citizens to participate in processes that concern them and that impact subjective well-being; 2) the inclusion of subjective indicators of quality of life are increasingly used in the design and

governance of social policies. This research recognizes the importance of using a set of subjective indicators of well-being beyond income, which result from various configurations drawn from the multidimensional relationships that are established between living conditions and well-being.

**Key-words:** Subjective well-being, social policies, political systems, well-being indicators, governance.

## 1- Introdução

O interesse pelo bem-estar dos cidadãos registou um incremento evidente nas últimas décadas. Numerosos estudos foram publicados destacando a importância de indicadores não económicos para avaliação da satisfação pessoal relacionados com políticas sociais, focados em indicadores como a compatibilidade entre trabalho e família, satisfação pessoal com o trabalho, impacto do meio ambiente na qualidade de vida. Destacam-se alguns exemplos de estudos na tabela I.

Tabela I – Estudos sobre bem-estar

RELATÓRIO	AUTORIA	PRINCIPAIS IDEIAS
<i>The power and potential of well-being indicators</i>	Nef – new economics foundation	Pesquisa realizada em parceria com o Nottingham City Council (UK), que analisa medidas de bem-estar na população, particularmente o desenvolvimento pessoal. O estudo demonstra a importância desta dimensão para a capacidade geral das pessoas em lidar com os desafios da vida, surgindo correlacionada com a saúde física, principalmente em idades mais avançadas (Marks, 2004).
<i>Happiness, Economics and Public Policy</i>	Institute of Economic Affairs	Analisa com detalhe a pesquisa económica que fundamenta a crescente preocupação dos políticos com medidas de bem-estar, demonstrando a dificuldade em medir a felicidade das sociedades (Johns & Ormerod, 2007).
<i>Family Database 2013</i>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)	Avalia as políticas familiares por meio de uma ampla gama de indicadores (gastos sociais diretos com as famílias, prestação de cuidados a dependentes, usufruto da licença parental, etc.), através dos quais procura relacionar explicitamente as políticas familiares com o bem-estar dos destinatários dessas mesmas políticas.

<i>European Social Survey</i>	ESS ERIC - European Social Survey European Research Infrastructure	Inquérito de âmbito europeu (abrangendo atualmente 30 países) que incorpora indicadores relativos a políticas familiares, bem-estar e qualidade de vida, sendo hoje uma das principais fontes de dados sobre a correlação entre bem-estar e diversas outras variáveis de cariz social e económico.
<i>The social context of well-being</i>	Royal Society (UK)	Procura uma compreensão científica para a criação de uma “ciência do bem-estar”, tendo daí resultado uma definição de bem-estar como um estado positivo e sustentável que permite que indivíduos, grupos ou nações prosperem e cresçam (Huppert, Baylis & Keverne, 2004); uma compreensão científica do bem-estar é simultaneamente necessária e oportuna, assumindo como crucial que os governos identifiquem o bem-estar como um objetivo mais pertinente para o desenvolvimento social do que o PIB.
<i>Carta de Genebra para o Bem-Estar</i>	Organização Mundial de Saúde	Sublinha a urgência de criar "sociedades de bem-estar", assumindo que as sociedades de bem-estar fornecem as bases para que todos os membros das sociedades atuais e futuras possam prosperar num planeta saudável, independentemente do lugar onde vivam. A Carta define ainda que as sociedades deverão aplicar políticas ousadas e abordagens transformadoras, sustentadas, através da criação de novos indicadores de sucesso para além do PIB, que tenham em conta o bem-estar e a definição de novas prioridades para a despesa pública.
<i>The Local Government Act 2000</i>	Governo de Inglaterra	Marcou a introdução do termo “bem-estar” nas preocupações dos governos locais de Inglaterra e do País de Gales, valendo a pena destacar a elaboração de um Livro Branco do Governo Local intitulado “Comunidades fortes e prósperas”, onde se descreve uma estratégia de ação política com foco no cidadão e onde indicadores de bem-estar subjetivo estão incluídos no conjunto de políticas relevantes a desenvolver futuramente a nível local (Steuer, Marks & Thompson, 2007).

Não obstante este consenso, as dificuldades em operacionalizar o conceito de *bem-estar* permanecem e revelam que a sua definição é, em si mesma, uma tarefa complexa. Estas dificuldades de operacionalização não são novas. A hierarquia das necessidades desenvolvida por Maslow, na década de 1950, foi provavelmente uma das primeiras teorias preocupadas em compreender como maximizar o bem-estar individual, tendo-lhe sucedido muitas outras tentativas de operacionalização do conceito. Como bem sublinham Carrasco-Campos, Moreno e Martínez (2017), por vezes a definição de bem-estar surge associada ao grau de satisfação das necessidades básicas e à forma como estas são satisfeitas; outras vezes o bem-estar é concebido dependendo do país ou região analisados.

Para Amartya Sen, o bem-estar deve ser interpretado considerando a pessoa, como funciona no sentido mais amplo (Ai-Thu, 2014). Autores como Bohnke (2006) e Watson, Pichler e Wallace (2009) consideram que a avaliação da qualidade de vida não deve ser definida apenas através de critérios económicos e materiais, deverá também incluir a forma como as políticas e instituições sociais contribuem para o bem-estar de cada indivíduo.

Estudos transculturais comparando e analisando variações na qualidade de vida em diferentes países revelam que o bem-estar subjetivo é influenciado não apenas por fatores económicos, mas também por outros variáveis, como a saúde ou a confiança em si mesmo e nas instituições. Além disso, a pesquisa recente sobre bem-estar subjetivo mostra que o desenvolvimento de políticas sociais e familiares implementadas em diferentes países, visando o equilíbrio entre trabalho e vida familiar, ajudam a fortalecer a perceção de felicidade. De acordo com esses estudos (Moreno, Martínez & Carrasco-Campos, 2016; Segado & López-Peláez, 2013; Watson, Pichler & Wallace, 2009), o bem-estar deve ser medido por meio de indicadores subjetivos de bem-estar: como os indivíduos se sentem, como percebem a felicidade, como avaliam o que é mais importante na vida, etc.

A investigação sobre o bem-estar subjetivo tem já algumas décadas, e embora forneça informações sobre a condição humana, é imprescindível uma base sólida de evidências que possam informar os decisores políticos com indicadores objetivos e subjetivos de qualidade de vida. Impõe-se a análise dialética, histórica e contextual do bem-estar. Segundo a OCDE (2013) os dados sobre bem-estar devem ser recolhidos junto de amostras grandes e representativas, de forma consistente em diferentes populações e grupos, ao longo do tempo.

## **2 – Metodologia**

Situando o objetivo deste texto – fundamentar uma compreensão científica do conceito de bem-estar, identificando os indicadores assumidos pela literatura e por organizações internacionais e nacionais, e os parâmetros de governança nacionais que encorajam, afetam e determinam o bem-estar individual – optamos por uma revisão narrativa de literatura.

Vários autores, nomeadamente Alves-Mazzotti (2002), consideram que a revisão narrativa permite realizar análises e interpretações críticas amplas, possibilitando compreender o ponto de vista teórico ou

contextual de um determinado assunto. Embora as revisões narrativas não utilizem critérios explícitos e sistemáticos de análise crítica da literatura, nem apliquem estratégias de recolha sofisticadas e exaustivas, revelam-se adequadas para compreender a fundamentação teórica do problema em estudo, explicitando os legados da literatura e permitindo adensar o referencial teórico da pesquisa.

As produções bibliográficas consultadas tiveram como principal fonte as bases de dados SCOPUS e Web of Science, recorrendo-se igualmente à produção científica nacional, artigos, relatórios de investigação, atas de congressos e livros. Privilegiaram-se publicações dos últimos 20 anos, por se considerar um espaço temporal adequado à análise das transformações políticas de utilização de indicadores globais de bem-estar, uma vez que procuramos o estado da arte sobre a relação entre decisões de políticas sociais e percepções de bem-estar.

### **3 - APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

#### **3.1 - O efeito dos sistemas políticos no bem-estar**

Analisamos aqui a interação entre os sistemas políticos, as instituições formais de um país as políticas sociais implementadas e o bem-estar da população. Procurámos compreender o que a literatura conclui sobre o modo como as instituições de um país (materializadas em instâncias como estruturas governamentais, órgãos executivos, leis, normas de comportamento, convenções e códigos de conduta) interferem na percepção de bem-estar dos cidadãos, e sobre o papel que essas instituições formais desempenham no compromisso com o processo político e no fortalecimento das comunidades, em termos de acesso a padrões de bem-estar e de liberdade de interação.

As instituições que regem o funcionamento da maioria das nações estão hoje subordinadas a regimes democráticos, onde a liberdade é a principal virtude e cuja evolução nas últimas décadas tem sido marcada mais por crises de natureza económica do que propriamente de natureza política. Entre os autores (para uma revisão, ver MacCulloch, 2017) parece consensual a ideia de que os habitantes de países mais livres apresentam níveis mais elevados de bem-estar subjetivo. Poder escolher é normalmente considerado um aspeto positivo e, em geral, as liberdades democráticas são encaradas como vitais tanto para aproximar as decisões dos governos (nacionais e locais) dos anseios dos cidadãos, como para monitorizar e controlar a atividade dos políticos.

As percepções de liberdades, de expressão, de religião, de participação política e económica, são essenciais para desencadear sentimentos de bem-estar. Por exemplo, na maioria dos países democráticos do ocidente, a possibilidade de fumar em espaços públicos ou o porte de armas é restringido; já nos países do mundo árabe há um conjunto de restrições impostas às mulheres que as impede de participar na vida pública ou de realizar certas tarefas de natureza profissional. De igual modo, também as liberdades económicas são quase sempre reguladas, designadamente, em nome do incremento do bem-estar social. Mercados livres não devem ser confundidos com mercados não regulamentados, pois, mesmo esses

regem-se por um conjunto de leis que garantem aspetos como o direito de propriedade, a garantia de execução de contratos ou a qualidade dos serviços prestados (Acemoglu, 2009).

Um dos primeiros estudos sobre a felicidade foi realizado por Veenhoven (1993), através de uma análise transversal de 23 países da *World Values Survey* (WVS), usando dados relativos à década de 1980. O autor argumenta que “há uma correspondência clara entre a felicidade média nas nações e o grau em que essas nações proporcionam conforto material, igualdade social, liberdade e acesso ao conhecimento” (p. 32). A liberdade é medida, neste caso, por um índice relativo à participação política, bem como pela existência de uma imprensa livre. Num estudo posterior, Veenhoven (2000) efetuou uma comparação entre 38 países com base num único índice – combinando liberdades políticas, civis e económicas – para novamente defender que liberdade e bem-estar estão positivamente correlacionadas. No entanto, Inglehart e Klingeman (2000), através de uma análise de regressão aplicada a variáveis de bem-estar subjetivo recolhidas em 105 países, concluíram que “o argumento segundo o qual a democracia está na base do bem-estar não é só por si sustentável: outros fatores – particularmente (...) o nível de desenvolvimento económico da sociedade – parecem desempenhar um papel mais poderoso neste domínio” (p. 181).

Nas últimas décadas, tem havido uma tendência para uma maior descentralização em muitos países da Europa. As consequências económicas, sociais e políticas deste impulso têm sido calorosamente debatidas, mas a medida em que os processos de descentralização na Europa poderão contribuir para aliviar as desigualdades sociais é um tema que tem permanecido negligenciado, tanto na investigação académica como na análise política. O estudo de Tselios & Rodriguez-Pose (2022) indica que, de um modo geral, a descentralização conduz a níveis mais baixos de pobreza nacional e exclusão social, principalmente em países europeus com uma governação de relativa qualidade. Na “IV Conferência em Políticas Públicas, Planeamento e Desenvolvimento Territorial – Descentralização e Desenvolvimento”, realizada em Portugal em 2019, foram apresentadas várias conferências onde se demonstrou que a descentralização poderá efetivamente reforçar a coesão socio-territorial, permitindo esbater a dicotomia entre o rural e o urbano (Seixas, 2019), e aproximar as decisões aos cidadãos que delas vão beneficiar (Fernandes & Chamusca, 2019).

Trata-se, no entanto, de um conjunto de possibilidade que não está isento de advertências. A descentralização é um processo a longo prazo, em que as mudanças acontecem frequentemente após períodos consideráveis de implementação. A natureza da descentralização implica que são necessárias análises a longo prazo para medir o verdadeiro impacto da transferência de poder e de recursos para níveis subnacionais de governo. Segundo Greer (2009), falar do efeito da descentralização, enquanto variável singular, pode revelar-se demasiado vago, pelo que será mais eficiente concentrar a atenção em variáveis mais finas, como a estrutura dos intervenientes nos processos de descentralização, nas relações intergovernamentais e nos mecanismos financeiros subjacentes à descentralização.

A incerteza subjacente a este debate diminui quando se aborda a influência do nível de desenvolvimento económico, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), no bem-estar. Na verdade, a taxa

de crescimento do PIB sempre foi considerada algo de importante (Di Tella, MacCulloch & Oswald, 2003). Inglehart, Foa, Peterson e Welzel (2008), utilizando diferentes ondas das World Values Surveys, realizadas entre 1981 e 2007, correlacionaram mudanças no bem-estar subjetivo (medido tanto pela felicidade percebida como pela satisfação com a vida) com o modo pelo qual os sistemas políticos e as políticas de bem-estar social afetam esse mesmo bem-estar subjetivo, tendo concluído que a evolução do produto interno bruto per capita é tão importante quanto a liberdade.

Além do rendimento disponível e da liberdade dos cidadãos, a qualidade das estruturas governamentais pode afetar o bem-estar de uma nação. Helliwell e Huang (2008) exploraram a variação nos dados de satisfação com a vida em 75 países para testar a relação entre a qualidade do governo e o bem-estar, tendo concluído que aumentar a qualidade geral do funcionamento dos governos teria um efeito semelhante, na satisfação com a vida, ao aumento de cerca de metade da distribuição de rendimentos dentro do próprio país. Estão aqui em causa variáveis como o controlo da corrupção, o estímulo a uma maior participação dos cidadãos na vida pública através da realização de referendos e, de uma forma geral, o sentimento de maior ou menor confiança transmitido pelas estruturas governamentais.

Outra variável importante na perceção do bem-estar é a rede social do indivíduo. Helliwell e Putnam (2004) usaram o *World Values*, o *US Social Capital Benchmark*, e pesquisas realizadas no Canadá sobre “Igualdade, Segurança e Comunidade”, para estudar a relação entre redes sociais e o bem-estar, tendo concluído que casamento e família, proximidade com amigos, criação de laços pessoais no local de trabalho e compromisso com a comunidade, são variáveis fortemente correlacionadas com a felicidade e a satisfação com a vida experimentada por cidadãos de diversos países.

Um crescente corpo de trabalhos tem explorado até que ponto certas respostas sociais típicas do estado-providência, como a disponibilização de benefícios em caso de desemprego ou de doença, afetam o bem-estar. Por exemplo, Easterlin (2013, in MacCulloch, 2017) afirma que se o objetivo da sociedade é aumentar a sensação de bem-estar das pessoas, então o crescimento económico por si só não chega, sendo necessário alcançar-se o pleno emprego e implementar uma generosa e abrangente rede de segurança social. Para o autor, estas condições são indispensáveis e sinónimo de real felicidade. Com efeito, estudos demonstram que as situações de desemprego têm um impacto negativo sobre o bem-estar, que chega a ser superior ao de um divórcio. É por isso que alguns economistas (Di Tella, MacCulloch & Oswald, 2003) defendem que os governos devem direcionar todos os seus esforços políticos para se alcançar uma situação de pleno emprego ou, na sua ausência, garantir uma assistência social abrangente que limite o sofrimento desencadeado pelo desemprego, sobretudo quando ele é prolongado. A existência de benefícios generosos em situação de desemprego é igualmente apreciada tanto por empregados como por desempregados, experimentando ambos um aumento de magnitude semelhante no respetivo bem-estar subjetivo.

Todavia, persistem ainda dúvidas quanto ao impacto global destes benefícios no bem-estar, devido sobretudo aos potenciais efeitos adversos sobre o bem-estar provocado por impostos mais altos (para

financiar tais benefícios). Vários cientistas políticos interrogam-se até que ponto o estado-providência proporciona níveis elevados de bem-estar atendendo à sua capacidade para que as pessoas possam manter um padrão de vida “socialmente aceitável”, independentemente da sua participação no mercado de trabalho. Em 2000, Esping-Andersen (2000) criou um índice de “desmercantilização” do trabalho através do qual media a “emancipação do trabalho” em três domínios: pensões de reforma, manutenção de rendimentos em caso de doença ou deficiência e prestações de desemprego. Alguns anos mais tarde, Pacek e Radcliff (2008) realizaram um estudo de regressão com dados provenientes de onze nações europeias para testar se este índice de “desmercantilização” estaria ou não correlacionado com o bem-estar subjetivo, tendo concluído que, efetivamente, a “desmercantilização” do trabalho está positivamente correlacionada com satisfação com a vida. Os autores concluem o seu estudo com uma afirmação perentória: “o estado-providência contribui para o bem-estar humano”.

Se é verdade que estes tipos de estudos parecem sustentar uma associação positiva entre a existência de uma rede de segurança social e o bem-estar subjetivo, Veenhoven (2000) argumenta que o bem-estar público pode limitar a ação de organizações privadas, bem como levar a perda das liberdades individuais em favor do interesse coletivo. Por outro lado, um estado-providência é, em si mesmo, um enorme consumidor de recursos económicos devido à complexidade da sua estrutura de funcionamento. Por exemplo, Bjornskov, Dreher e Fischer (2007) sublinham que muitos cidadãos olham com desconfiança para os gastos de funcionamento dos governos típicos de países onde impera o estado-providência, o que pode afetar negativamente a sua perceção de bem-estar relacionada com as instituições formais dos respetivos países.

### **3. 2 - A implementação de políticas sociais e o bem-estar pessoal**

O desenvolvimento social costuma ser medido por indicadores tradicionais de natureza económica, como PIB, receita bruta, emprego e desemprego, rendimentos, pobreza ou taxas de exclusão social. No entanto, estudos recentes sugerem a relevância da inclusão de indicadores de satisfação pessoal na avaliação da implementação de políticas sociais (para uma revisão, ver Carrasco-Campos, Moreno & Martínez, 2017). As políticas públicas implementadas nesta ótica, em cada país (ou até em cada região), teriam um papel essencial na promoção do bem-estar dos seus cidadãos.

Na sequência da crise económica global despoletada pela falência de alguns bancos norte-americanos em 2008, a discussão sobre o modo como a riqueza é produzida e distribuída terá certamente contribuído para abalar a confiança de muitos cidadãos nas instituições democráticas e, em particular, nos decisores políticos. Mas essa discussão terá contribuído, também, para oferecer uma nova perspetiva aos indicadores utilizados como referência para avaliar o desempenho da economia, nomeadamente, o seu contributo para o progresso social e para o bem-estar das populações.

Em França, por iniciativa do presidente Nicolas Sarkozy, procedeu-se à criação de um grupo de trabalho composto por Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, com o objetivo de identificar

indicadores que, além de dados económicos quantitativos (como o PIB, a inflação e o desemprego, por exemplo), pudessem ser úteis e pertinentes para avaliar o progresso social (Stiglitz, Sen & Fitoussi, 2009). É neste contexto que se sublinham indicadores como o desenvolvimento sustentável, a proteção do ambiente e a “qualidade de vida” das populações, inaugurando de certa forma a consideração do papel da ação política na promoção de um bem-estar para lá da métrica económica tradicional.

Entretanto, seguindo uma mesma linha estratégica quanto à forma de se avaliar o bem-estar das populações, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) cria em 2011 o programa OECD *Better Life Initiative* (OECD, 2013; OECD, 2020), o qual virá posteriormente a integrar e a consolidar o trabalho da Comissão Stiglitz-Sen-Fitoussi, cujos resultados deram origem a uma publicação que constitui hoje uma referência neste domínio (Stiglitz, Fitoussi & Durand, 2018).

Um conjunto alargado de diretrizes sobre a recolha e a utilização de medidas de bem-estar subjetivo foram produzidas no âmbito da *Better Life Initiative* (<https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/>), visando medir o progresso da sociedade em diversos domínios do bem-estar, desde o rendimento e emprego ao envolvimento cívico e ambiente.

A ideia de bem-estar subjetivo – entendido como as pessoas pensam e experimentam as suas vidas – é uma componente central deste quadro mais geral, e a existência de algum tipo de associação entre bem-estar e indicadores tradicionalmente ligados à satisfação com a vida e à perceção subjetiva de felicidade, é objeto de análise específica do OECD *Better Life Index*. Este índice incorpora diferentes dimensões de bem-estar: rendimento e riqueza, emprego e salário, habitação, estado de saúde, equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, educação e competências, vida social e comunitária, envolvimento cívico, qualidade ambiental, segurança, satisfação com a vida.

Socorrendo-se de dados recolhidos em vários países europeus (Dinamarca, Suécia, Reino Unido, França, Finlândia, Holanda, Espanha, Eslovênia, Alemanha, Irlanda, Portugal, Grécia e Bélgica), foi possível identificar indicadores relativos a cada uma das dimensões de bem-estar analisadas, informação particularmente útil quando se pretende estudar a influência das políticas sociais relacionadas com esses indicadores no bem-estar dos cidadãos europeus (Carrasco-Campos, Moreno & Martínez, 2017). Conforme descrito no site da OCDE, o OECD *Better Life Index* foca aspetos da vida quotidiana que importam às pessoas e que moldam o seu bem-estar. Estes indicadores são regularmente atualizados tendo em vista uma melhor compreensão das tendências de bem-estar e respetivas motivações em diferentes momentos históricos (tabela II).

Tabela II - Indicadores de bem-estar dos cidadãos europeus (adaptado de OCDE *Better Life Index*)

Rendimento e riqueza	Perceção de suficiência para satisfazer necessidades pessoais
	Rendimento disponível
	Emprego <i>versus</i> desemprego

Emprego e salário	Salário
	Segurança no emprego
Habitação	Qualidade da habitação
	Satisfação com o local de residência
Acesso a sistemas sociais de apoio	De saúde, proteção/assistência social e educação
	Políticas sociais em situação de desemprego
	Acesso a redes de suporte social formal
Estado de saúde	Perceção de saúde
	Disponibilidade e acessibilidade a cuidados de saúde
Equilíbrio entre trabalho e vida pessoal	Número de horas de trabalho e horários de trabalho
	Conciliação trabalho – vida familiar
	Tempo disponível para lazer e interesses pessoais
	Tempo disponível para prestação de cuidados (a si e a outros)
Educação e competências	Nível educacional
	Aprendizagem ao longo da vida
Vida social e comunitária	Rede de suporte social (amigos, vizinhança)
Envolvimento cívico	Participação social
Qualidade ambiental	Satisfação com o ambiente (ar, água, espaços verdes)
Segurança	Perceção de segurança
Satisfação de vida	Bem-estar subjetivo (felicidade)
Fonte/Source: <i>OCDE Better Life Index</i> (adaptado).	

Ainda de acordo com a OCDE (OECD, 2020) – em *How's Life? 2020 – Measuring Well-being* – entre 2013 e 2018 os níveis médios de satisfação com a vida aumentaram ligeiramente nos 27 países que a constituem. No entanto, uma parte considerável da população (cerca de 7%) ainda apresenta níveis muito baixos de satisfação com a vida, e cerca de uma em cada oito pessoas experimenta mais sentimentos negativos do que positivos num dia típico. A satisfação média de vida é muito semelhante para homens e mulheres, mas em cerca de metade dos países a percentagem de mulheres que relatam mais sentimentos negativos do que positivos é superior à percentagem de homens. Os países com maiores desigualdades sociais tendem também a experimentar pontuações médias mais baixas de satisfação com a vida.

A este propósito, vale a pena destacar aqui o trabalho pioneiro de adaptação do inquérito sobre qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQoL), adaptado para Portugal por Canavarro e

colaboradores (2006) e que continua a ser, ainda hoje, um referencial de avaliação da qualidade de vida com base na perceção individual, largamente utilizado em estudos na área da saúde, nomeadamente.

Mais recentemente, Dionísio, Rego e Sequeira (2023) debruçaram-se sobre a qualidade de vida em municípios portugueses através de uma abordagem multidimensional baseada em dados estatísticos facilmente acessíveis, o que lhes permitiu proceder à caracterização de agrupamentos (clusters) de municípios baseados em indicadores de qualidade de vida e, a partir daí, avaliar continuidades e assimetrias entre territórios.

Fundamentalmente, o que se defende nestas novas formas de avaliar o funcionamento da sociedade é que os indicadores tradicionais de desempenho económico são insuficientes para aferir o bem-estar das populações, algo só alcançável através de uma perspetiva que incorpora os efeitos da economia nas condições reais de vida das pessoas, a visão das populações sobre as suas vidas e o papel diferenciador dos territórios nessas mesmas vidas (OECD, 2020; Stiglitz, Fitoussi & Durand, 2018). Como assinalam Mauritti *et al.* (2022), apesar de a agenda internacional nesta matéria ser ainda um campo de intervenção polissémico, onde conceitos de certa forma equivalentes se sobrepõem – qualidade de vida, bem-estar, progresso social, desenvolvimento – é indiscutível que estamos perante uma viragem importante e significativa nas prioridades da atividade económica. Prioridade, agora, passam a ser as pessoas e as suas reais condições de vida, com a ênfase colocada nos processos e mecanismos que configuram as oportunidades de participação nos diversos domínios da vida para além do rendimento: habitação, saúde, educação, trabalho, segurança, meio ambiente, desenvolvimento sustentável.

Em Portugal verificam-se grandes desigualdades entre grupos populacionais e entre territórios, uma abordagem desta natureza apresenta um enorme potencial de investigação, nomeadamente, em termos da construção de instrumentos de análise e de monitorização das relações entre bem-estar das populações e desigualdades sociais e territoriais. O projeto TIWELL - *Territories of Inequality and Well-being* ("Territórios de Desigualdade e de Bem-Estar") foi desenhado precisamente com o objetivo geral de medir e monitorizar os efeitos das desigualdades sociais na sociedade portuguesa contemporânea e, mais especificamente, compreender as relações entre as desigualdades sociais e o bem-estar nos municípios portugueses (Mauritti *et al.*, 2022). Outro dos objetivos deste projeto é propor um referencial multidimensional de avaliação do bem-estar em Portugal, tendo como principais orientações as recomendações de Stiglitz, Fitoussi e Durand (2018), o OECD *Better Life Index* da OCDE e a avaliação da qualidade de vida operacionalizada pelo Eurostat. Para os autores do projeto TIWELL, a utilização de indicadores que expressem as perceções individuais é fundamental, chegando através delas à forma como as pessoas avaliam dimensões como vida saudável, equilíbrio entre vida profissional e vida familiar, o exercício da cidadania, o sentimento de segurança ou a confiança nas instituições.

Conscientes de que as profundas desigualdades da sociedade portuguesa ameaçam a universalidade dos direitos fundamentais, os autores do estudo (Mauritti *et al.*, 2022) procuraram apurar em que medida e com que intensidade as perceções e vivências de bem-estar são influenciadas por

assimetrias nas condições de vida que marcam diferentes configurações de territórios (interior/litoral; urbano/rural), assim como contribuir para um enquadramento sustentado de políticas e intervenções públicas de base local. Foi desenvolvido um sistema de indicadores para aferir condições de bem-estar em diferentes territórios de Portugal e interpretar as suas diversas configurações mediante uma análise de dados sobre as relações multidimensionais entre condições de vida e bem-estar, recorrendo à utilização de abordagens quantitativas (estatísticas institucionais) e qualitativas (método Delphi - estudos de caso). A primeira fase, já concluída, permitiu, através de uma análise multivariada e multinível, definir um sistema de indicadores (objetivos e subjetivos) de avaliação das desigualdades e do bem-estar em Portugal.

Trata-se de um trabalho relevante, pois coloca à disposição da comunidade científica e dos agentes políticos indicadores referidos concretamente à realidade portuguesa que complementam os indicadores internacionais habitualmente usados nesta matéria (*European Social Survey*, OCDE, Banco Mundial, União Europeia). Os primeiros resultados (Mauritti et al., 2022), demonstram que a segurança e a qualidade ambiental do local onde vivemos, as possibilidades de gestão dos tempos da vida familiar e de trabalho, o acesso à habitação e a serviços de educação, saúde e transportes, a par do envolvimento nas comunidades, são alguns dos fatores que mais influenciam a perceção e a experiência de bem-estar das pessoas, sofrendo grandes variações entre territórios.

### 3 - DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Retomamos aqui a questão central que orienta este artigo – o que podemos aprender, a partir dos dados recolhidos e anteriormente apresentados, quanto às relações multidimensionais que se estabelecem entre condições de vida e bem-estar – para discutir as potencialidades e limitações da utilização de medidas de bem-estar na definição de políticas públicas.

Por um lado, apesar da sociologia e da ciência económica continuarem a operacionalizar o bem-estar por meio de indicadores materiais e objetiváveis, como emprego, rendimento, habitação, saúde, etc., o bem-estar subjetivo converteu-se num conceito importante no contexto dos estados europeus caracterizados pela adesão a um modelo de estado providência. Com efeito, há evidência na literatura que demonstram que o acesso a políticas sociais e ao desenvolvimento económico pode ter um impacto significativo no bem-estar subjetivo dos cidadãos europeus, mas outros fatores também devem ser considerados na avaliação do bem-estar subjetivo, como as relações interpessoais ou a qualidade do ambiente social e físico.

A literatura referente ao bem-estar e à qualidade de vida é hoje extremamente extensa e abrangente, tanto em termos de modelos teóricos propostos como em termos de indicadores de bem-estar desenvolvidos para satisfazer distintos propósitos (saúde, ambiente, etc.). Independentemente das abordagens consideradas, em alguns casos inclusivamente concorrentes umas das outras, Thompson e Marks (2008) defendem que o mais útil para os formuladores de políticas é encararem o bem-estar como um processo dinâmico, no qual as circunstâncias externas ao indivíduo interagem com seus recursos

psicológicos para satisfazer as suas necessidades – em maior ou menor grau – e dar origem a sentimentos positivos de satisfação e felicidade.

Por outro lado, a aplicabilidade do conceito de bem-estar na política e a adoção de indicadores de bem-estar enquanto diretriz de ação política podem ser uma maneira eficaz de melhorar o bem-estar dos cidadãos e avaliar a eficácia das políticas públicas, tornando pertinente discutir quais são os indicadores que melhor avaliam o bem-estar subjetivo, nomeadamente, em relação às políticas públicas implementadas.

Falar tanto da aplicabilidade do conceito de bem-estar na política, como da adoção de indicadores de bem-estar enquanto diretriz de ação política, levanta algumas questões que vale a pena considerar. De acordo com algumas tradições de pensamento – ou seja, a tradição liberal – a “felicidade” dos indivíduos não é assunto do estado, desde logo porque não existe um modelo “correto” ou “universal” de bem-estar. Mas os cidadãos – pelo menos os do continente europeu habituados a viver num regime de estado providência – esperam que o governo promova os seus interesses, sendo possível argumentar, neste caso, que o uso de indicadores de bem-estar na política é consistente com essas expectativas. É este o ponto de vista de Thompson e Marks (2008), para quem é também válido equacionar que se nalgumas situações poderemos considerar o bem-estar como um fim ou resultado de uma dada política, noutras situações poderá ser apropriado pensar no bem-estar como um meio para se atingirem resultados desejáveis ou relevantes. Finalmente, se é verdade que a maioria dos modelos teóricos de bem-estar destinam-se a ser aplicados geralmente a pessoas de todas as idades, diferentes indicadores de bem-estar podem ser diferencialmente mais ou menos importantes em diferentes momentos do ciclo de vida.

Um olhar abrangente sobre o conjunto de iniciativas políticas que fazem referência ao bem-estar ilustra o que muitas vezes tem sido considerado como uma dificuldade do uso deste conceito na ação política: a sua aplicação muito ampla. Por exemplo, o bem-estar é frequentemente usado como um termo genérico que abrange uma gama de comportamentos positivos de saúde, sendo percecionado, neste caso, como um estado de boa saúde física e mental que pode ser melhorado pela adesão a determinados comportamentos. Já aqueles que trabalham em política económica têm tendência para usar o termo enquanto sinónimo de acesso a vários “bens” – recursos económicos, de saúde e da comunidade, liberdade política, etc. (Baldock, 2007).

Fortemente influenciada pela chamada psicologia positiva, a nova “ciência do bem-estar” visa determinar que fatores contribuem para que uma pessoa se sinta feliz, satisfeita, contente e realizada com sua vida (Hupert, Keverne & Baylis, 2005). Nesta perspetiva, fatores externos (incluindo saúde física e bens materiais) podem desempenhar um papel relevante para se determinar as condições de surgimento e manutenção de um estado de bem-estar, mas não são equivalentes a ele. Com efeito, a agenda de pesquisa da psicologia positiva preocupa-se em tentar identificar exatamente que variabilidade no bem-estar subjetivo pode ser atribuída a fatores como personalidade, comportamento e atitudes, incluindo fatores genéticos (Lyubomirsky, Sheldon & Schkade, 2005).

Por tudo isto vale a pena reforçar novamente a ideia de bem-estar como um processo dinâmico proposta por Thompson e Marks (2008). Nesta perspetiva, diferentes domínios da vida de um indivíduo constituem as condições externas (trabalho, família, comunidade), que juntas fornecem uma variedade de desafios e oportunidades. Os recursos psicológicos, por sua vez, são vistos como recursos relativamente estáveis e características invariantes – a personalidade ou o autoconceito, por exemplo – que influenciam o modo como as pessoas interagem com o mundo externo e respondem às suas solicitações. Em conjunto, as condições externas de vida e os recursos psicológicos apoiam ou prejudicam a satisfação das necessidades, conduzindo a uma avaliação sobre a vida em geral e/ou sobre aspetos específicos dessa vida, gerando um resultado correspondente ao bem-estar subjetivo (Wilkinson, 2007).

Mas até que ponto estes indicadores de bem-estar subjetivo são politicamente aceitáveis? Sabemos que todas as medidas de bem-estar subjetivo dependem de autorrelatos dos indivíduos acerca de aspetos das suas “vidas interiores” – pensamentos e sentimentos, emoções e motivações. Na maior parte dos casos, estes aspetos são de carácter estritamente individual, não apresentando qualquer relação explícita com as funções de governos centrais ou locais. Onde os indicadores subjetivos podem ganhar relevância para a ação política é quando se referem a opiniões das pessoas sobre aspetos relacionados com prestação de serviços (por exemplo, ‘Em que medida está satisfeito com o acesso a cuidados de saúde no local onde reside?’) ou com o funcionamento da sociedade – perceção de segurança, por exemplo. Nestes casos, as opiniões e os sentimentos expressos poderão, efetivamente, exercer alguma influência direta sobre quem formula e legisla políticas públicas. No entanto, é importante lembrar que a adoção de indicadores de bem-estar como diretriz de ação política não deve ser vista como uma solução simples, sendo necessário levar em consideração as diferenças culturais, sociais e políticas em diferentes contextos, e garantir que as medidas de bem-estar sejam relevantes e significativas para as populações afetadas.

A pertinência da avaliação do bem-estar e a respetiva influência na adoção de políticas também atinge a essência de um debate antigo, mas sempre atual, sobre o papel do Estado na sociedade. Segundo a influente linha de raciocínio da teoria política descrita habitualmente como liberalismo clássico, o Estado não deve intrometer-se nos assuntos pessoais e nas escolhas dos indivíduos além de proteger os seus direitos de propriedade privada e garantir que eles não prejudicam ninguém com as suas ações. Se as pessoas tomam decisões que prejudicam o seu bem-estar e as levam a sentir-se menos felizes, que assim seja, pois isso não é da conta do Estado. Liberdade, não bem-estar, deve ser o objetivo fundamental da política. Uma declaração clássica desta visão é dada pelo pai da tradição liberal, John Stuart Mill, que defendia que um cidadão não pode legitimamente ser compelido a fazer ou a deixar de fazer algo porque será melhor para ele fazer isso ou porque isso vai deixá-lo mais feliz (Steuer, Marks & Thompson, 2007). No entanto, mesmo Mill reconheceu que as funções admitidas a um governo abrangem um campo muito mais amplo do que aquilo que pode ser facilmente incluído dentro do limite de qualquer restrição,

justificando de alguma forma que o propósito dos governos será, sempre que possível, perseguir os interesses dos cidadãos.

Sabendo que a generalidades dos cidadãos dos países ocidentais esperam precisamente que os seus governos promovam ativamente os seus interesses, tal justifica a existência de um consistente apoio popular ao modelo de “estado providência”, que não é mais do que um modelo de estado de bem-estar. A existência de um Serviço Nacional de Saúde ou de um regime universal de Segurança Social, nomeadamente, são dois bons exemplos de intervenções que visam a proteção das pessoas e que estão manifestamente baseadas numa conceção de promoção e salvaguarda do bem-estar como o fim último da ação governativa.

Finalmente, aprendemos que diferentes conceções de bem-estar propostas na literatura podem ser úteis em diferentes pontos do processo político, e que diferentes abordagens de medição do bem-estar podem influenciar a formulação de políticas públicas.

Assim, uma abordagem utilitarista do bem-estar, focada na maximização da felicidade, pode ser útil na fase de formulação de políticas que afetam o bem-estar de uma grande população. Por outro lado, uma abordagem que leva em consideração os valores, preferências e escolhas pessoais dos indivíduos, pode ser mais útil na fase de implementação de políticas, quando se trata de garantir que estas sejam bem-sucedidas e respeitem os direitos individuais.

Diferentes abordagens de medição do bem-estar podem, por sua vez, influenciar a formulação de políticas públicas. Por exemplo, uma abordagem baseada em indicadores económicos, como o PIB, pode levar a políticas que priorizam o crescimento económico em detrimento de outras dimensões importantes do bem-estar, como a qualidade de vida ou o meio ambiente. Já uma abordagem mais ampla, que leva em consideração múltiplas dimensões do bem-estar, pode levar a políticas que priorizam a qualidade de vida, o meio ambiente e outras dimensões importantes do bem-estar, além do crescimento económico.

#### **4 – Conclusão**

De acordo com Keating (2020), foi alcançada uma uniformidade nos padrões de serviço que depende de país para país, de acordo com os sistemas nacionais de providência pela implementação de estratégias de gestão pública explicitamente focada na redução das disparidades regionais. Em muitos estados, as competências-chave relacionadas com a redistribuição e coesão foram descentralizadas para o nível regional, enquanto a gestão macroeconómica e fiscal política têm sido condicionadas por regras europeias. Apesar dos receios de que estas regras resultassem numa redução do bem-estar e redistribuição, e numa quebra nos padrões dos serviços públicos e bem-estar, na verdade fomos assistindo à emergência de regiões construídas como novos espaços de solidariedade e bem-estar.

Na primeira secção deste artigo analisámos em que medida a defesa de valores como a liberdade, a participação e a confiança, assim como estruturas governamentais que encorajam o envolvimento cívico e transmitem segurança aos seus cidadãos quando estes têm de enfrentar situações adversas, têm efeitos

no bem-estar. Com efeito, a forma como os sistemas políticos se organizam é determinante para que os cidadãos possam efetivamente participar no desenho de políticas e em processos de tomada de decisão cujos resultados vão afetar diretamente o seu maior ou menor bem-estar subjetivo, aqui referido à forma como as pessoas experimentam e avaliam globalmente as suas vidas ou domínios específicos das suas vidas. Na segunda secção encaramos o conceito de bem-estar do ponto de vista do indivíduo singular, efetuando uma revisão crítica da produção científica sobre bem-estar nas políticas sociais e dos indicadores habitualmente usados para a sua operacionalização.

Fica assim evidenciado que o sistema político de um país, bem como as suas instituições formais, afetam o bem-estar da população, sendo igualmente realçada a pertinência do uso de indicadores de bem-estar na definição de políticas públicas. Parece consensual, a visão de que uma rede abrangente de proteção social, referida a uma série de políticas e programas que visam proteger as pessoas contra os riscos sociais, económicos e de saúde, está associada a níveis mais elevados de bem-estar para todos os cidadãos. Ou que a forma como os sistemas políticos são organizados pode influenciar significativamente a capacidade dos cidadãos de participarem no processo de tomada de decisão e, conseqüentemente, afetar positivamente seu bem-estar.

Concluimos igualmente que o uso de indicadores de bem-estar na política pode enquadrar-se numa visão contemporânea sobre o papel do Estado, constituindo um desenvolvimento promissor que poderá capacitá-lo a desempenhar o seu papel de um modo mais próximo dos interesses e das necessidades efetivas dos cidadãos, promovendo uma abordagem mais holística e integrada no momento da formulação de políticas públicas. Com efeito, os indicadores de bem-estar podem ajudar a identificar as áreas em que as políticas públicas precisam ser ajustadas e melhoradas para atender às necessidades e interesses dos cidadãos. Isso pode levar a uma maior transparência e responsabilidade na tomada de decisões políticas, avaliando-as com base no seu impacto real no bem-estar dos cidadãos.

Todavia, persistem alguns problemas relativamente ao uso de indicadores de bem-estar para formular avaliar políticas públicas, que constituem bons pontos de entrada para futuras investigações. Primeiro, há incerteza sobre o horizonte de tempo usado pelas pessoas para enquadrar as suas respostas sobre a respetiva percepção de bem-estar – referem-se ao presente ou ao passado? Em segundo lugar, as pessoas adaptam-se a circunstâncias diversas ao longo do tempo, mesmo quando elas são adversas (desemprego, crises económicas, etc.), pelo que permanecem dúvidas quanto ao efeito de longo prazo das instituições sobre o bem-estar. Em terceiro lugar, convém ter presente que o nível de bem-estar de uma pessoa não deve ser reduzido a um simples número, mas ter em consideração que existem diferentes dimensões desse mesmo bem-estar, as quais não podem ser agregadas numa única categoria.

## **Bibliografia**

ACEMOGLU, D. (2009). The Crisis of 2008: Structural Lessons for and from Economics (Policy Insight N° 28). Centre for Economic Policy Research, London. Disponível em: <https://economics.mit.edu/sites/>. [Acedido em 10 de março de 2023].

AI-THU, D. (2014). Amartya Sen's capability approach: A framework for well-being evaluation and policy analysis? *Review of Social Economy*, 72, 460-484. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00346764.2014.958903> [Acedido em 13 de março de 2023].

ALVES-MAZZOTTI, A. (2002). A “revisão bibliográfica” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: Bianchetti, L., Machado, A. (Org.), *A Bússola do Escrever: Desafios e Estratégias na Orientação de Teses e Dissertações*. Cortez, São Paulo, pp. 25-44. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/990>. [Acedido em 13 de março de 2023].

BALDOCK, J. (2007). Social policy, social welfare, and the welfare state. In: Baldock, J., Manning, N., Vickerstaff, S. (Eds.), *Social Policy*, 3rd edition. Oxford University Press, Oxford. Disponível em: (2) (PDF) Social policy, social welfare, and the welfare state (researchgate.net) [Acedido em 10 de março de 2023].

BJORNSKOV, C., DREHER, A., FISCHER, J. (2007). The Bigger the Better? Evidence of the effect of government size on life satisfaction around the world. *Public Choice*, 130, pp. 267-292.

BÖHNKE, P. (2006). First European Quality of Life Survey: Life Satisfaction, Happiness and Sense of Belonging. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Dublin, pp. 13 – 70.

CANAVARRO, M., Vaz Serra, A., Pereira, M., Simões, M., Quintais, L., Quartilho, M., et al. (2006). Desenvolvimento do Instrumento de Avaliação da Qualidade de Vida da Organização Mundial de Saúde (WHOQOL-100) para Português de Portugal. *Psiquiatria Clínica*, 27, 15-23. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/21539> [Acedido em 13 de março de 2023].

CARRASCO-CAMPOS, A., MORENO, A., MARTÍNEZ, L.C. (2017). Quality of life, well-being, and social policies in European countries. In: Vilas Boas, A. (Ed.), *Quality of Life and Quality of Working Life*. IntechOpen. <http://dx.doi.org/10.5772/68003>. [Acedido em 13 de março de 2023].

DIONÍSIO, A., REGO, M.C., SEQUEIRA, T. (2023). Quality of Life in Portuguese Municipalities: A Multidimensional Approach. *Economy of Regions*, 19 (3).

ESPING-ANDERSEN G. (2020). The Sustainability of Welfare States into the Twenty-First Century. *International Journal of Health Services*, 30(1), 1-12. Disponível em: 10.2190/H6PN-9R5J-MD9X-P10T. [Acedido em 9 de março de 2023].

FERNANDES, J.A., CHAMUSCA, P. (2019). Os desafios da governança e desenvolvimento, vistos desde o Vale do Sousa (Norte de Portugal). In *Atas da IV Conferência em Políticas Públicas, Planeamento e Desenvolvimento Territorial - Descentralização & Desenvolvimento*, pp. 87-94. Ermesinde, 11 e 12 abril 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/119727>. [Acedido em 9 de março de 2023].

GREER, S.L. (2009). How does decentralisation affect the welfare state? Territorial politics and the welfare state in the UK and US. *Journal of Social Policy*, 39, 181–201. <https://doi.org/10.1017/s0047279409990407>. [Acedido em 10 de março de 2023].

HELLIWELL, J., HUANG, H. (2008). How's your government? International evidence linking good government and well-being. *British Journal of Political Science*, 38, 595-619. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core> [Acedido em 5 de março de 2023].

HELLIWELL, J., PUTNAM, R. (2004). The social context of well-being. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, 359, 1435-1446. <https://www.cambridge.org/core> [Acedido em 5 de março de 2023].

HUPPERT, F., KEVERNE, B., BAYLIS, N. (2004). *The Science of Well-Being*. Oxford University Press, Oxford. Disponível em: (2) (PDF) *The science of well-being* (researchgate.net). [Acedido em 5 de março de 2023].

INGLEHART, R., Foa, R., Peterson, C., Welzel, C. (2008). Development, freedom, and rising happiness: A global perspective (1981-2007). *Perspectives on Psychological Science*, 3, 264-285. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40212250> [Acedido em 9 de março de 2023].

INGLEHART, R., KLINGEMANN, H. (2000). Genes, culture, democracy, and happiness. In: E. Diener, E., Suh, E. (Eds.), *Culture and Subjective Well-Being*. MIT Press, Cambridge (MA), pp. 165-183. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511790881> [Acedido em 9 de março de 2023].

JOHNS, H., ORMEROD, P. (2007). "Happiness, Economics and Public Policy." *Institute of Economic Affairs*, London, pp. 23-38.

KEATING, M. (2020). "Beyond the nation-state: territory, solidarity and welfare in a multiscalar Europe." *Territory, Politics, Governance*. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21622671.2020.1742779> [Acedido em 9 de março de 2023].

LYUBOMIRSKY, S., Sheldon, K., Schkade, D. (2005). "Pursuing happiness: the architecture of sustainable change." *Review of General Psychology*, 9, 111–131. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/1089-2680.9.2.111> [Acedido em 5 de março de 2023].

MACCULLOCH, R. (2017). "How Political Systems and Social Welfare Policies Affect Well-Being: A Literature Review (Motu Working Paper 17-14)." *Motu Economic and Public Policy Research*, Wellington. Disponível em: [file:///C:/Users/asus/Downloads/SSRN-id3015085%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/asus/Downloads/SSRN-id3015085%20(1).pdf) [Acedido em 9 de março de 2023].

MARKS, N. (2004). "The Power and Potential of Well-Being Indicators." *nef - the new economics foundation*, London. Disponível em: [https://neweconomics.org/uploads/files/fc446058e067754539\\_xwm6vurfq.pdf](https://neweconomics.org/uploads/files/fc446058e067754539_xwm6vurfq.pdf) [Acedido em 22 de fevereiro de 2023].

MAURITTI, R., Craveiro, D., Cabrita, L., Botelho, M.C., Nunes, N., Silva, S.F. (2022). *Territórios de Bem-Estar: Assimetrias nos Municípios Portugueses*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

MORENO, A., Martínez, L. C., Carrasco-Campos, A. (2016). "Family policy indicators and well-being in Europe from an evolutionary perspective." *Applied Research in Quality of Life*, 11, pp. 343-367.

OECD. (2013). *OECD Guidelines on Measuring Subjective Well-Being*. OECD Publishing, Paris. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264191655-en> [Acedido em 20 de fevereiro de 2023]

OECD. (2020). *How's Life? 2020: Measuring Well-Being*. OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/9870c393-en> [Acedido em 20 de fevereiro de 2023]

SEGADO, S., López-Peláez, A. (2013). "Social work with middle-class Spanish families. The challenge of the work–family conflict." *International Journal of Social Welfare*, 23, pp. 100-111.

SEIXAS, J. (2019). "A reforma político-administrativa de Lisboa: substância, evolução e reflexão sobre processos de descentralização em Portugal." In *Atas da IV Conferência em Políticas Públicas, Planeamento e Desenvolvimento Territorial - Descentralização & Desenvolvimento*, pp. 14-21. Ermesinde, 11 e 12 abril 2019.

STEUER, N., Marks, N., Thompson, S. (2007). "Measuring Well-Being at the Local Level: A Report for the Audit Commission." nef - the new economics foundation, London.

STIGLITZ, J., Fitoussi, J.-P., Durand, M. (2018). *Beyond GDP: Measuring What Counts for Economic and Social Performance*. OECD Publishing, Paris. <https://doi.org/10.1787/9789264307292-en> [Acedido em 5 de março de 2023]

STIGLITZ, J., Sen, A., Fitoussi, J.P. (2009). *The Measurement of Economic Performance and Social Progress Revisited*. OFCE - Centre de Recherche en Économie de Sciences Po, Paris. Disponível em: [Stiglitz-Sen-Fitoussi-Commission-report.pdf](http://europa.eu/stiglitz-sen-fitoussi-commission-report.pdf) (europa.eu) [Acedido em 5 de março de 2023]

TELLA, R.M., MacCulloch, R.J., & Oswald, A.J. (2001). "The Macroeconomics of Happiness." *Review of Economics and Statistics*, 85, pp. 809-827.

THOMPSON, S., Marks, N. (2008). "Measuring Well-Being in Politics: Issues and Applications." nef - the new economics foundation, London.

TSELIOS, V., Rodríguez-Pose, A. (2022). "Can decentralization help address poverty and social exclusion in Europe?" *Territory, Politics, Governance*. <https://doi.org/10.1080/21622671.2022.2098174> [Acedido em 5 de março de 2023]

WATSON, D., Pichler, F., Wallace, C. (2009). "Subjective Well-Being in Europe." European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Dublin.

WHO. (2021). *The Geneva Charter for Well-Being*. World Health Organisation, Geneva. Disponível em: [geneva-charter-4-march-2022.pdf](http://www.who.int/geneva-charter-4-march-2022.pdf)(who.int) [Acedido em 27 de fevereiro de 2023]